



Identidade e mídia: a questão indígena nas cidades da Amazônia¹

Izabelle ARAÚJO²

Janine BARGAS³

Jóice DAMASCENO⁴

Lara LAGES⁵

Rosalys BRITO⁶

Universidade Federal do Pará, Belém, PA

RESUMO

O que se observa hoje na Amazônia é consequência da forma de ocupação a qual a região foi submetida, aliada às transformações globais da sociedade contemporânea influenciadas pelo aumento dos fluxos comunicacionais e informacionais. Este artigo tece uma discussão a respeito da questão dos indígenas que vivem nas cidades amazônicas. O objetivo aqui é refletir sobre a presença indígena no meio urbano e a invisibilidade dessa população nos meios de comunicação nacionais e locais. Trata brevemente do conceito de identidade que une diferentes etnias indígenas nas cidades amazônicas em unidades de mobilização que os façam ser ouvidos, em face da invisibilidade desses grupos nos meios de comunicação tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: cidades amazônicas, identidade, invisibilidade, mídia, populações indígenas.

INTRODUÇÃO

Reconfigurações étnicas, emergência de novos grupos identitários, novos atores políticos. A Amazônia é palco de processos que vão muito além dos problemas ambientais. O que se observa hoje é consequência da forma de ocupação a qual a região foi submetida, aliada às transformações globais da sociedade contemporânea influenciadas pelo aumento dos fluxos comunicacionais e informacionais.

As populações *tradicionais* começaram a se organizar em movimentos opondo-se à subalternização histórica que marca profundamente as suas relações sociais, bem como o processo de identificação e suas relações com o território. Trata-se,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA, email: belleaguiaaraujo@gmail.com

³ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA, email: ninebargas@gmail.com

⁴ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA, email: joice_denne@yahoo.com.br

⁵ Estudante de Graduação 7º semestre do Curso de Jornalismo da UFPA, email: laratages@gmail.com

⁶ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPA, email: rosalysbrito@gmail.com



como considera Cruz (2007, p. 114), “de um processo de resignificação político e cultural que esses grupos sociais vêm fazendo da sua experiência cultural e da sua forma de organização política”.

Tratando especificamente da questão indígena, vê-se que há uma nova configuração étnica das cidades da Amazônia. A presença indígena no meio urbano, neste momento, se faz perceber principalmente por meio da construção de uma existência coletiva, culminando em identidades políticas objetivadas em movimentos sociais⁷.

Considerando que a “mídia transforma-se em instrumento central de produção e reprodução da realidade” (OLIVEIRA, 2002) e “que é no domínio da comunicação que se fixa a síntese político-ideológica da ordem hegemônica” (MORAES, 2003, p.188), o objetivo aqui é refletir sobre a presença indígena nas cidades amazônicas e a invisibilidade dessa população nos meios de comunicação, já que estas categorias de identidade, segundo Almeida (2008, p. 16) “são usualmente vistas como absurdas e incompatíveis com a estrutura urbana”. Essa reflexão é importante, para a construção de um discurso em que esses grupos sejam, de fato, protagonistas.

1. Amazônia e processos globais

Os fenômenos contemporâneos, a saber, a autonomia das esferas culturais, a exacerbação do individualismo e a redefinição das matrizes identitárias modernas (Estado-Nação, classe e indivíduo) têm colocado em xeque as grandes referências do chamado *mundo moderno*. Com a exacerbação da “liberdade da subjetividade”, os vínculos que antes ligavam os indivíduos à classe ou ao Estado-Nação enfraquecem-se, provocando uma reconfiguração e flexibilização de identidades mais rígidas.

Os processos globais contemporâneos são regidos por uma lógica de mercado moldada pela tecnologia e organizada em estruturas homogêneas, por meio de engendramentos políticos e econômicos que subvertem qualquer forma de desenvolvimento alheia à sua racionalidade. Segundo Oliveira (2002, p. 58), a “comunicação midiática cria uma tensão entre o global e o local”, pois, se por um lado permite “o reforço de mecanismos e valores de sociabilidade tradicionais”, por outro

⁷ Hobsbawn, 1996 apud Almeida, 2009, p. 50.



permite “o questionamento ou pressões grupais derivadas desses mesmos mecanismos e valores”.

Considerando o espaço amazônico, não se descarta a interferência dessas mudanças conceituais e sociais, especialmente da segunda metade do século XX até aqui. Para que se desenvolva qualquer tipo de reflexão sobre identidade na Amazônia, é necessário que se faça uma breve incursão sobre o contexto correspondente às tentativas de integração da região ao grande capital, considerando o fato de que a região não saiu ileso desses processos globais.

As reconfigurações socioespaciais e histórico-culturais da Amazônia

Durante a economia gomífera (segunda metade do século XIX, início do século XX) e, posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, políticas governamentais sempre pautadas nas demandas e fluxos internacionais tiveram a Amazônia como destinatária e promoveram reconfigurações no espaço, na sociedade e na cultura da região.

A proposta do Estado brasileiro era inserir a Amazônia na lógica global de desenvolvimento, baseada na modernização e na tecnologia como fator preponderante. Uma rede de medidas foi imposta à região, sendo elas divididas em duas vertentes: a vertente da infraestrutura e a vertente político-econômica. Trata-se de construção de estradas, que consolidaria o modal rodoviário – em oposição ao hidroviário característico da região – como a via pela qual dar-se-ia o escoamento da produção local e o trânsito demográfico.

Concomitante ao investimento físico, houve também incentivos econômicos, que serviam de atrativos para empresas interessadas em explorar a região, e atitudes políticas, como a criação de órgãos burocráticos com o objetivo de promover o desenvolvimento da Amazônia. Essa malha, explanada sucintamente aqui, corresponde à chamada “economia de fronteira”, caracterizada como espaço de exploração de recursos tido como infinito e para uso imediato, como sinalizam Monteiro e Coelho:

Naquele contexto histórico, em termos mundiais, ganhava força a idéia de que para um país desenvolver-se deveria, primeiramente incorporar suas regiões economicamente menos desenvolvidas às regiões mais dinâmicas. No caso do Brasil, esta nova etapa de reordenamento do território do território nacional vinculou-se a ações planejadas pelo governo federal. Assim, a visão de fronteira ganhou novos significados, não excludentes entre si: o de lugar de expansão



do povoamento e fronteira de recursos, e de lugar a ser incorporado à dinâmica da economia global (MONTEIRO e COELHO, 2004, p.92).

Esse projeto de modernização da Amazônia foi violento, uma *modernização conservadora* própria dos países de capitalismo tardio, como o Brasil. Ele trouxe consigo a crença de que o novo, o moderno, era positivo para região, em contraposição aos modos de vida das populações que historicamente viveram na Amazônia, consideradas atrasadas, negativas, enclaves ao desenvolvimento da região e do país, enfim, *tradicionais*. Ainda de acordo com Monteiro e Coelho,

com base numa avaliação de que dinâmicas decorrentes da estruturação da sociedade local eram responsáveis pelo atraso da economia regional e, ao mesmo tempo, que os atores locais seriam incapazes de se converterem em elementos propulsores de processos de desenvolvimento regional, os governos militares decidiram ‘ocupar’ a Amazônia” (*Idem*, p. 103).

Observamos, então, uma subalternização das ditas populações “tradicionais”; um processo histórico que marcou e marca profundamente as formas societárias dessas populações, seus modos de viver e de sentir, bem como a questão da identificação e suas relações com o território.

Com o intuito de construir um caminho de resistência a essa subalternização emergem, na década de 1980, movimentos sociais organizados a partir de uma mesma luta – de caráter material e simbólico: a garantia dos direitos territoriais e o reconhecimento das especificidades das novas formações identitárias. Cruz, coadunando com Almeida, afirma que

esses novo-velhos sujeitos protagonistas apontam para uma existência coletiva objetivada numa diversidade de movimentos organizados com suas respectivas redes sociais, redesenhando a sociedade civil da Amazônia e impondo seu reconhecimento aos centros de poder (CRUZ, 2007, p. 112).

Essa existência coletiva faz-se perceber também nas cidades da região, embora a grande mídia e o Estado insistam em não enxergá-los.

2. Identidade, um conceito a se pensar

Identidade. Há, nas palavras de Hall (2004, p. 103), uma verdadeira explosão discursiva em torno desse conceito, que traz embutido uma “ambigüidade teórica e política” (CRUZ, 2007, p. 96). Inspirado no desconstrutivismo de Derrida, para quem a identidade não é a essência pessoal do sujeito, Hall afirma que a identidade é e sempre está em processo, em construção.



Cruz (2007) sintetiza os pressupostos teóricos que considera fundamentais para o entendimento do referido conceito. A identidade é uma construção histórica e social, ou seja, elas nunca são unificadas e fixadas, e sim multiplamente construídas nos discursos, práticas e posições⁸. É relacional e contrastiva, isto é, construída na e pela diferença. É material e simbólica, já que é construída subjetivamente, sem desprezar as práticas sociais⁹. É estratégica e posicional, pois está ligada a relações de poder. Por fim, é hegemônica ou subalterna, pois depende da posição do sujeito na estrutura assimétrica de poder. “(...) A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resolvida a ser devorado” (BAUMAN, 2005, p. 83).

Como uma questão de raízes. É assim que a identidade é vista no que é divulgado na mídia. Uma forma totalmente incompleta e que foge ao ritmo de batalha que esse conceito traz às nossas mentes. A constituição dessa identidade, diferentemente do pressuposto de que os povos na floresta são estáticos, é um processo histórico, simbólico, relacional, de poder, e que precisa usar da estratégia para se posicionar. A partir disso, é possível entender a construção do processo de identidade do povo amazônica.

Na Amazônia, as identidades são construídas a partir da multiplicidade de temporalidades históricas desiguais e diferentes que se (des)encontram na contemporaneidade. Portanto, as identidades são resultantes do conflito entre as diferenças do significado social e cultural da experiência espaço-temporal expressa nos diferentes “modos de viver” dos diferentes sujeitos sociais (CRUZ, 2007, p. 122).

É o dinamismo das relações e da formação identitária que deve ser levado em conta ao se falar de povos indígenas. Afinal, eles não são uma categoria unívoca¹⁰ a serem colocadas em um envoltório de proteção de tal forma que o contato com os não-índios os tornem impuros.

3. Reconfiguração étnica dos povos indígenas nas cidades da Amazônia

⁸ HALL, 2004, p. 13.

⁹ CUCHE, 1999 apud CRUZ, 2007.

¹⁰ CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 159.



A “‘crescente’ composição multiétnica e pluricultural das cidades amazônicas”¹¹ não pode ser uma questão à margem dos debates atuais sobre a região, principalmente se considerarmos que o fenômeno da urbanização já é suprimido frente aos superlativos ambientais da Amazônia (maior biodiversidade, maior bacia hidrográfica, etc.), e que são ainda menos consideradas as populações consideradas *tradicionais* que habitam os meios urbanos. Aqui especificamente será tratado o processo de reconfiguração étnica de indígenas em cidades da Amazônia.

Como lembra Cruz (2007, p. 113), é no final dos anos 80 que emergem movimentos de “r-existência” aos processos de exploração aos quais as populações “tradicionais” foram submetidas. Esses novos atores políticos reivindicam não só os direitos sociais básicos (saúde, educação, terra, etc.), mas também os direitos culturais como a apropriação e uso diferenciados da terra, as formas diferentes de cultos e o reconhecimento pelo conhecimento tradicionalmente acumulado por eles, ou seja, o direito aos seus diferentes modos de vida e suas diferentes territorialidades.

Almeida (2004, p. 163) denomina “unidades de mobilização” a esse conjunto de movimentos sociais locais que se agregam para pressionar o Estado. É importante ressaltar que esse processo ultrapassa “o sentido estreito de uma organização sindical, incorporando fatores étnicos e critérios ecológicos, de gênero e de autodefinição coletiva”. São múltiplas denominações e múltiplas identidades, o que implica numa grande complexidade da questão identitária na Amazônia.

Álvares, Dagnino & Escobar¹² apontam que as políticas culturais propostas por esses movimentos tentam desafiar as políticas dominantes. Especificamente sobre os movimentos indígenas nas cidades, Almeida (2008, p. 20) diz que “esta autoconsciência política é que concorre diretamente para a criação de associações indígenas voluntárias, voltadas precipuamente para o encaminhamento de uma vasta pauta de reivindicações face ao Estado”.

A região amazônica detém 59,43% dos índios brasileiros que vivem em terras indígenas e 16,09% dos indígenas que vivem nas cidades, conforme tabela de Heck, Loebens e Carvalho (2005):

¹¹ ALMEIDA, 2008, p. 13.

¹² ÁLVARES, DAGNINO & ESCOBAR, 2000 apud CRUZ, 2007.



UF	População		
	Nas terras indígenas	Nas cidades	Total
1. Amazonas (AM)	94.608	18.783	113.391
2. Roraima (RR)	22.331	5.797	28.128
3. Mato Grosso (MT)	21.848	7.348	29.196
4. Pará (PA)	25.962	11.718	37.681
5. Maranhão (MA)	19.535	8.036	27.571
6. Acre (AC)	6.911	1.098	8.009
7. Tocantins (TO)	7.153	3.428	10.581
8. Rondônia (RO)	6.460	4.223	10.683
9. Amapá (AP)	3.714	1.258	4.972
Total	208.522	61.689	270.211

Tabela 1: Dados do Censo do IBGE¹³ de 2000, relativos à população indígena na Amazônia Legal.

Para Heck, Loebens e Carvalho (2005), “é a expressiva presença de índios nas cidades, o que coloca novos desafios para o movimento indígena e seus aliados e para o Estado, especialmente no que se refere ao atendimento à saúde e à educação diferenciadas”.

4. Índios e invisibilidade nos meios tradicionais de comunicação

Ao longo da história brasileira, “a ideologia oficial de formação nacional [peçou e] peca por seu excessivo simplismo e linearidade reducionista” (Alves, 2008, p. 7), na tentativa de construção da identidade nacional. A multiplicidade étnica, portanto, foi suprimida em nome de um discurso hegemônico dominante, afinal “os mitos nacionais não são um *reflexo* das condições em que vive a grande maioria do povo’, mas o produto de operações de seleção e ‘transposição’ de fatos e traços escolhidos conforme os projetos de legitimação política” (BARTRA *apud* CANCLINI, 1997 p. 190).

As corporações de mídia e entretenimento, no papel de “agentes operacionais da globalização” (MORAES, 2003, p. 187), legitimam as visões hegemônicas, colaborando com a “homogeneização de diferentes expressões culturais com que o Estado busca criar a noção de pertencimento e integração em um imaginário e em uma memória nacional” (QUEDINHO, 2007, p.3).

¹³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



Nesse imaginário, em face da subalternização histórica das populações indígenas, em especial aqui os que vivem nos centros urbanos, os indígenas foram construídos como uma categoria unívoca e folclórica.

Os meios de comunicação nacionais e, mesmo, da própria região amazônica, invisibilizam esse grupo. Invisibilidade não só no sentido de não aparecerem na mídia, mas também por serem estigmatizados quando aparecem.

A mídia brasileira, no que não contempla todos os segmentos sociais que do processo civilizatório brasileiro participam, reproduz uma realidade manipulada e/ou entremeada de uma visão negatizada, discriminatória e rejeitadora acerca de segmentos sociais que, por isso, têm sido denominados: excluídos, desprivilegiados, desprestigiados, inferiorizados... minoritários (TAVARES, 2003, p. 9).

É preciso voltar os olhares para esses grupos, afinal “pensar sobre desempenho das identidades raciais na mídia brasileira traduz-se por travar debate sobre as formas de exclusão ou, quando incluídos, estigmatização” de grupos como os indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o geógrafo britânico David Harvey, em entrevista ao *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil*, “não é possível solucionar os problemas urbanos e garantir o direito à cidade para toda a população se não garantirmos a participação direta dos cidadãos e cidadãs nos processos de produção e reconfiguração das cidades que devem estar voltadas para o bem estar das pessoas e não para o atendimento dos interesses do capital”.

A estrutura urbana atual das cidades mantém no centro os que podem pagar e expulsa para as periferias os “excluídos”. O trabalho de mapeamento social realizado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida, professor da Universidade Federal do Amazonas, constatou que as comunidades indígenas na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, em sua maioria, estão em áreas de risco com dificuldades de receberem serviços de saneamento básico. Isso leva a um risco ainda maior para os grupos étnicos:

Ser classificado como “pobre” ou “excluído” numa sociedade autoritária e de fundamentos escravistas implica em ser privado do controle de sua própria representação e de sua identidade coletiva. Neste sentido, os indígenas, tal como os quilombolas, correm outro risco: o de serem tratados como uma “pobreza exótica”, conforme



formulação de Abdelmalek Saiad, focalizando os árabes residentes na França. Facilita isto o fato do foco da política indigenista estar centrado quase que exclusivamente nas aldeias, que são entendidas oficialmente como localizadas em áreas rurais, por oposição às áreas urbanas (ALMEIDA, 2008, pp. 14-15).

É importante entender que esses grupos indígenas não deixam de se sentir índios por morarem em um perímetro urbano. Opondo-se aos “prognósticos que enfatizam a diluição dos índios no interior da sociedade brasileira”, os “novos”¹⁴ índios são populações fortemente integradas aos seus contextos regionais e são caracterizados por uma forte miscigenação étnica¹⁵. “A luta pelo território tem sido, portanto, o elo aglutinador em torno do qual diferentes grupos étnicos unem-se em defesa de seus direitos e interesses”¹⁶.

É preciso destacar, segundo Tavares (2003, p. 7) “o papel que a mídia tem ocupado na elaboração de novas circulações de mercadorias (e assim, de novos sistemas sócio-culturais) que congrega a ‘lógica dos interesses da classe dominante [...] com a dinâmica e a complexidade do universo dos dominados’¹⁷”. É preciso

pensar [nas] representações e práticas que os meios de comunicação elaboraram sobre uma dita identidade nacional, revelando o espaço que essas muitas [multi]mídias destinaram para a construção de um imaginário sobre o Brasil e para a construção da alteridade – na qual raça e etnia foram recursos fundamentais – entre populações minoritárias (*Idem*, p. 1).

Está-se diante de um desafio, portanto, para o poder público, para a ciência e para a mídia, pois, tratar esses grupos de modo exótico e sem levar em consideração os modos emergentes de novas territorialidades não dá conta da complexidade do problema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ASCERALD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Heinrich Boll, 2004.

¹⁴ Denominação da Antropologia para os grupos indígenas que (re) apareceram nos últimos tempos, em oposição à idéia de “índio congelada no tempo”, como se mantivessem a mesma cultura desde a época da conquista. Os “novos” índios são muito mais construções de identidades coletivas em torno de um objetivo comum. (SARAIWA, 2007, p. 49).

¹⁵ OLIVEIRA FILHO, 1999 apud SARAIWA, 2007, p. 45

¹⁶ SAIVA, 2007, p. 49.

¹⁷ Cf. Barbero, op. cit.



ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.). **Terra urbana e territórios na Pan-Amazônia**. Manaus: PNCSA, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de; SANTOS, Glademir Sales dos (Orgs.). **Estigmatização e território: mapeamento situacional dos indígenas em Manaus**. Manaus: PNCSA/Editora UFAM, 2008.

ALVES, Camila Nobrega Rabello; FERREIRA, Giselle Gama Torres; CAMPOS, Gustavo Barreto de (*et al.*). **Projeto Etni-Cidade: Observatório de Acompanhamento e Análise da Mídia Comunitária dos Grupos Étnicos e Confessionais Recém-Estabelecidos no Brasil**. In: Anais XXXI Intercom, 2008. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/expocom/expocomsudeste/index.php/AE-2008/article/viewDownloadInterstitial/852/649>

BAUMAN, Zigmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da USP, 1997.

COELHO, Maria Célia N.; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **As políticas federais e reconfigurações espaciais na Amazônia**. In: Novos Cadernos NAEA, v. 7, n. 1, p. 91-122, jun. 2004.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidades, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico; HAESBAERT, Rogério (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

FONT, Joan Nogué; RUFÍ, Joan Vicente. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: RODENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações culturais no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

HARVEY, David. **Wall Street e o direito à cidade**. Le Monde Diplomatique Brasil, mar. 2009. P. 6-7. Disponível em: http://www.brasilautogestionario.org/wp-content/uploads/2009/04/david_harvey_le-mond-diplomatique.pdf

HECK, Egon; LOEBENS, Francisco; CARVALHO, Priscila D. **Amazônia indígena: conquistas e desafios**. In: Dossiê Amazônia Brasileira I. vol.19, no. 53. Jan./Apr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142005000100015&script=sci_arttext

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. In: _____ (org.). **Por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

OLIVEIRA, V. C. **Comunicação, Identidade e Mobilização Social na Era da Informação**. In: Sociedade da Informação e Novas Mídias: Participação ou Exclusão? Ed. São Paulo: Intercom – Coleção Intercom de Comunicação, 2002.



QUEDINHO, Luiza Delamare. **A participação da mídia televisiva na construção da identidade nacional.** In: Anais XXX Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1404-2.pdf>

SARAIVA, Márcia P. **Identidade multifacetada:** a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do médio Xingu. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

SOUZA, E. A., PEDON, N. R. **Território e Identidade.** In: Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007. Disponível em: http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS_e_NelsonP.pdf Acessado em: 01 Jun 2009.

TAVARES, Júlio César de Souza; FREITAS, Ricardo Oliveira de. **Mídia e Etnicidade:** Algumas considerações acerca da importância da ação afirmativa na [e para a] mídia brasileira. Cd Rom da XXVI Intercom, v. 01, p. 01-25, 2003.